ReGeo ISSN: 2177-3246

PRÁTICAS ALFABETIZADORAS E FORMAÇÃO DOCENTE À LUZ DA CULTURA ESCOLAR: ASPECTOS HISTÓRICOS

LITERACY PRACTICES AND TEACHER TRAINING IN LIGHT OF SCHOOL CULTURE: HISTORICAL ASPECTS

PRÁCTICAS DE ALFABETIZACIÓN Y FORMACIÓN DOCENTE A LA LUZ DE LA CULTURA ESCOLAR: ASPECTOS HISTÓRICOS

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-133

Data de submissão: 24/10/2026 **Data de publicação:** 24/11/2026

Isabella Teixeira Pinheiro
Mestre em Educação
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná
E-mail: psi.isabellapinheiro@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-1055-1553
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6572281318549793

Kelly Cordeiro Martins
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal do Paraná
E-mail: kecmartins@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-2284-5833
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4299631077504643

Evelise Maria Labatut Portilho
Doutora em Educação pela Universidade Complutense de Madri
Instituição: Pesquisadora independente
E-mail: eveliseportilho@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4557-0130
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3692153936729463

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as permanências e transformações nas práticas alfabetizadoras no âmbito da história cultural da escola, refletindo sobre suas implicações para a formação docente. A pesquisa fundamenta-se na abordagem teórico-metodológica da História Cultural e adota como procedimentos uma revisão bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de um estado do conhecimento na plataforma Portal de Periódicos da Capes, abrangendo o período de 2015 a 2024. Já a análise documental considerou diários de classe dos anos de 1990 e 1999, produzidos por uma das autoras da pesquisa. O referencial teórico apoia-se, principalmente, em Freire (1967; 1970; 1981), Julia (2001), Soares (2005), Falcon (2006), Cagliari (2009) e Silva (2019). Os resultados evidenciam que as práticas de alfabetização inseridas na cultura escolar apresentam tanto elementos de permanência quanto de transformação ao longo do tempo, sendo a formação docente um fator fundamental nesse processo. Destaca-se, por fim, a importância de novas investigações que ampliem a compreensão sobre as práticas alfabetizadoras em diferentes contextos históricos e educacionais.

Palavras-chave: Alfabetização. História Cultural. Práticas Pedagógicas. Formação de Professores. Memória Escolar.

ABSTRACT
This article aims to analyze the permanence and transformations in literacy practices within the context of the cultural history of schools, reflecting on their implications for teacher training. The research is based on the theoretical-methodological approach of Cultural History and adopts a bibliographic and documentary review as procedures. The bibliographic survey was conducted through a state of knowledge survey on the Capes Periodicals Portal platform, covering the period from 2015 to 2024. The documentary analysis considered class diaries from 1990 and 1999, produced by one of the research authors. The theoretical framework is based primarily on Freire (1967; 1970; 1981), Julia (2001), Soares (2005), Falcon (2006), Cagliari (2009) and Silva (2019). The results demonstrate that literacy practices embedded in school culture exhibit both permanence and transformation over time, with teacher training being a fundamental factor in this process. Finally, we highlight the importance of further research that broadens our understanding of literacy practices in different historical and educational contexts.

Keywords: Literacy. Cultural History. Pedagogical Practices. Teacher Training. School Memory.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar las permanencias y transformaciones en las prácticas de alfabetización en el ámbito de la historia cultural de la escuela, reflexionando sobre sus implicaciones para la formación docente. La investigación se fundamenta en el enfoque teórico-metodológico de la Historia Cultural y adopta, como procedimientos, una revisión bibliográfica y documental. El relevamiento bibliográfico se realizó mediante un «estado del conocimiento» en la plataforma Portal de Periódicos de la CAPES, abarcando el período de 2015 a 2024. Por su parte, el análisis documental consideró diarios de clase de los años 1990 y 1999, elaborados por una de las autoras de la investigación. El marco teórico se apoya, principalmente, en Freire (1967; 1970; 1981), Julia (2001), Soares (2005), Falcon (2006), Cagliari (2009) y Silva (2019). Los resultados evidencian que las prácticas de alfabetización insertas en la cultura escolar presentan tanto elementos de permanencia como de transformación a lo largo del tiempo, siendo la formación docente un factor fundamental en este proceso. Finalmente, se destaca la importancia de realizar nuevas investigaciones que amplíen la comprensión sobre las prácticas de alfabetización en diferentes contextos históricos y educativos.

Palabras clave: Alfabetización. Historia Cultural. Prácticas Pedagógicas. Formación Docente. Memoria Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização, compreendida para além de um processo técnico de codificação e decodificação da linguagem, constitui uma prática social e cultural profundamente enraizada na história da escola. Ao longo do tempo, os modos de ensinar e aprender a ler e escrever foram moldados por contextos históricos específicos, atravessados por ideologias, políticas educacionais e concepções pedagógicas distintas. De acordo com Perlin e Strobel (2014), a história cultural contemporânea emerge não apenas do declínio dos grandes modelos tradicionais da História, mas também do diálogo com campos como a Antropologia e a Linguística, que ampliam a compreensão sobre a diversidade das sociedades humanas.

Nesse percurso, a escola assumiu papel central como espaço de disseminação e preservação de saberes, mas também de disputas e transformações que refletem as tensões entre tradição e inovação nos processos educativos. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, este estudo trabalhará com o aporte teórico-metodológico da História Cultural, sendo que essa perspectiva, de acordo com Cardoso (2011), possibilita aos/às pesquisadores/as múltiplos olhares sobre as práticas educativas, revelando dimensões antes pouco exploradas, dando voz aos sujeitos envolvidos e evidenciando a complexidade e a dinâmica desses processos. Nesse sentido, realizamos a análise de documentos históricos construídos por uma das autoras nos anos de 1990 e 1999, analisando as práticas alfabetizadoras desse período e seu diálogo com o contexto.

Os principais referenciais que utilizamos como aporte teórico, foram Freire (1967; 1970; 1981), Julia (2001), Soares (2005), Falcon (2006), Cagliari (2009) e Silva (2019). Primeiramente, abordaremos aspectos históricos da alfabetização e das práticas pedagógicas a partir do século XV e, depois, a formação docente e as práticas de alfabetização a partir de uma perspectiva histórica.

Dentro dessas considerações, o problema se configurou como: quais permanências e transformações nas práticas alfabetizadoras podem ser identificadas na história cultural da escola, e de que forma essas práticas dialogam com os processos de formação docente ao longo do tempo? Diante desse questionamento, o objetivo desta pesquisa é analisar, por meio de revisão bibliográfica e documental, as permanências e transformações nas práticas alfabetizadoras no contexto da história cultural da escola, refletindo sobre suas implicações para a formação docente.

2 A ALFABETIZAÇÃO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DO SÉCULO XV

Analisar a história da alfabetização e seu desenvolvimento ao longo dos anos permite compreender as transformações nos materiais utilizados, nas práticas pedagógicas e nos métodos

adotados pelos professores. Esses elementos se articulam com os diferentes períodos históricos e refletem mudanças significativas nas concepções de ensino e aprendizagem.

De acordo com Gontijo, Costa e Oliveira (2019), a alfabetização é um conceito polissêmico e pode ser entendida como o domínio da relação entre sons e letras (codificação e decodificação), a capacidade de compreender e expressar significados, ou ainda como uma prática sociocultural vivenciada na escola por diferentes faixas etárias. Sendo assim, dependendo de qual olhar opta-se para definir a alfabetização, a percepção adotada pode contribuir para a formação dos educandos, sejam eles jovens ou adultos.

Nesse contexto, as cartilhas começaram a ser utilizadas em meados dos séculos XV e XVI. Segundo Cagliari (2009), a primeira cartilha foi publicada por João de Barros por volta de 1540. Ao longo dos séculos, outros materiais foram produzidos e publicados, refletindo a realidade e as demandas educacionais de cada época. Destacam-se, por exemplo, a cartilha *Instrução* (1870), escrita por João de Deus, e as cartilhas produzidas por Branca Olívia de Lima na década de 1940.

Entre as décadas de 1920 e 1970, as cartilhas foram sendo substituídas por materiais didáticos produzidos pelos próprios professores alfabetizadores. Esses profissionais passaram a explorar os gêneros textuais e a contextualização, buscando promover uma aprendizagem mais significativa, especialmente a partir do final do século XX.

Nas últimas décadas do século XIX, surgiram os métodos sintéticos como alternativas para orientar o trabalho dos professores. Esses métodos procuravam promover maior eficácia na aprendizagem da leitura e da escrita. Entre os métodos sintéticos, destacam-se os que priorizavam a soletração e a silabação, além do método fônico. Este tem como foco a dimensão sonora da linguagem, preocupando-se com a associação entre os sons e as letras. Um dos materiais mais utilizados nesse método foi a cartilha *Caminho feliz*, de Inez e Eloisa Meireles, que apresentava personagens associados a letras e enfatizava a memorização de sílabas. Ele também foi promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), conforme Santos e Rocha (2018).

Entretanto, a aplicação dos métodos sintéticos revelou limitações, especialmente no que se refere à compreensão do texto e à construção de sentido na leitura, uma vez que a ênfase recai exclusivamente sobre a decodificação. Com a chegada do século XX, novas perspectivas educacionais passaram a influenciar a alfabetização.

Esse período foi marcado pela influência da Escola Nova, movimento pedagógico que valorizava a experiência da criança, promovendo a aprendizagem a partir de suas vivências e estabelecendo uma relação mais direta entre a escola e o meio social. A aprendizagem passou a ser vista como um processo ativo, contextualizado e significativo. Nesse contexto, Freire é resgatado como

referência fundamental. Sua proposta de alfabetização como instrumento de conscientização popular influenciou profundamente os métodos adotados nas décadas seguintes, sintetiza muito bem suas ideias clássicas e o impacto de suas obras, como *Educação como prática da liberdade* (1967) e *Pedagogia do oprimido* (1970), que fundamentam a noção de alfabetização como conscientização social.

Os métodos analíticos passaram a ser valorizados, considerando-se os ritmos, interesses e necessidades dos alunos. No final do século XX, novas teorias surgiram. Teberosky e Ferreiro desenvolveram a teoria da Psicogênese da Língua Escrita, baseada em estudos com crianças que revelaram como elas constroem hipóteses sobre a linguagem escrita antes mesmo do domínio convencional do sistema alfabético.

Paralelamente, pesquisadores inspirados por Piaget demonstraram que a alfabetização é um processo cognitivo, no qual as crianças constroem ativamente o conhecimento, passando por diferentes estágios de desenvolvimento. A trajetória histórica da alfabetização evidencia um movimento constante de transformação, no qual os materiais didáticos, os métodos e as concepções de ensino são revistos e ressignificados. A valorização da experiência infantil, o foco na construção de sentido e a compreensão da leitura como prática social têm sido fundamentais para uma abordagem mais humanizada e crítica da alfabetização.

No contexto educacional da alfabetização, o conceito de letramento passou a ser utilizado com o objetivo de potencializar o desempenho discente nas práticas de escrita, entretanto, é importante reconhecer que a alfabetização científica corresponde ao saber *fazer* a ciência e o letramento científico é o saber *usar* a ciência (Silva, 2019). Nesse sentido, fazer ciência significa aprender os métodos, e usar a ciência significa estar apto a exercer a leitura e a escrita no dia a dia.

Silva (2019) evidencia que a complexidade do processo de alfabetização requer uma constância na formação dos professores alfabetizadores, sendo mediada pela pesquisa. As universidades são fonte de produções acadêmicas e podem ser locais de estudo e desenvolvimento dos profissionais educadores.

Diante das diferentes abordagens teóricas e os sentidos que permeiam o campo da alfabetização, é notório que a formação docente precisa ser contínua, reflexiva e pautada em bases científicas sólidas. Compreender a alfabetização como um fenômeno que transcende a simples decodificação de palavras, incorporando dimensões socioculturais e científicas, exige do professor alfabetizador um olhar crítico e atualizado sobre as práticas pedagógicas. Nesse processo, a universidade assume papel central, oferecendo espaços de pesquisa, formação e diálogo que contribuem para o fortalecimento de práticas educativas mais significativas, capazes de atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

3 PRÁTICAS ALFABETIZADORAS COMO CONSTRUÇÕES CULTURAIS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

A História Cultural é um campo multi e interdisciplinar, capaz de integrar temas variados oriundos de diferentes áreas do conhecimento, visto que o cultural atravessa todas as esferas da vida social e humana (Falcon, 2006). Dessa forma, a história cultural não é um "subcampo" da História, porque ela ultrapassa a concepção de uma divisão temática ao dialogar com os campos disciplinares, buscando compreender os fenômenos culturais em sua complexidade.

A cultura escolar pode ser compreendida como um conjunto de regras e práticas que orientam tanto os saberes escolares quanto os comportamentos considerados apropriados (Julia, 2001). Sendo assim, a escola ensina não apenas conteúdos, mas também forma atitudes e modos de falar, de se comportar e de se relacionar. Segundo Burke (2005), a cultura está ligada à tradição, ou seja, à transmissão de saberes e práticas entre gerações. Portanto, a cultura escolar reflete em práticas que não são neutras nem universais, mas construídas historicamente, em resposta a contextos sociais e políticos específicos.

Para compreender a cultura escolar, é necessário considerar as relações — ora pacíficas, ora conflituosas — que se estabelecem em cada momento histórico, sendo conduzidas por normas e práticas orientadas por finalidades específicas (Julia, 2001).

Assim, a escola funciona como um espaço onde valores e saberes de diferentes culturas se entrelaçam, influenciando o que é considerado legítimo para o ensino e a formação do sujeito. A partir da compreensão da cultura escolar como um espaço dinâmico de relações, normas e práticas que refletem múltiplas influências culturais, torna-se fundamental repensar também as abordagens de alfabetização nesse contexto. A alfabetização, mais do que um processo mecânico de transmissão de conhecimentos, deve ser entendida como uma prática social que envolve a interação ativa dos sujeitos no ambiente escolar.

Nesse sentido, Gonçalves, Nogueira e Silveira (2024) expressam que as crianças não devem ser vistas receptoras passivas da cultura escolar, mas devem ser reconhecidas como agentes que trazem suas próprias identidades e pluralidades culturais para o processo de aprendizagem.

No início do século XX, as cartilhas passaram a ser utilizadas sistematicamente na escola brasileira, com o intuito de fornecer um método a ser ensinado, a partir de um programa específico estabelecido com antecedência (Mortatti, 2000). Segundo Mortatti (2000), a cartilha é um dos emblemas da cultura escolar brasileira e a sua centralidade revela uma cultura que valoriza a memorização e a normatização da linguagem em detrimento da criatividade, da criticidade e da diversidade.

Apesar das transformações pelas quais as cartilhas passaram ao longo do tempo, a concepção de Mortatti nos leva a refletir sobre como a escola constrói e mantém certa cultura escolar a partir da alfabetização. Se a instituição de ensino quiser oferecer uma cultura que vá além desse modelo engessado, é necessário repensar as práticas alfabetizadoras e compreender como elas são influenciadas e, ao mesmo tempo, influenciam a cultura escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o processo histórico da alfabetização no Brasil, foram realizadas uma revisão bibliográfica e outra documental. A coleta de dados foi realizada por meio do Portal de Periódicos da Capes. A fim de apresentar um enfoque histórico, definiu-se como recorte temporal o período de 2015 a 2024. Foram selecionados artigos publicados em periódicos de produção nacional, em língua portuguesa, de acesso aberto, revisados por pares e pertencentes à área de Ciências Humanas.

Inicialmente, os descritores utilizados foram: “práticas alfabetizadoras”; “história cultural da escola”; “formação docente”; “formação de professores”. Em um segundo momento, para uma busca mais refinada, utilizou-se a junção dos descritores: “história da alfabetização” *E* “formação docente”; “cultura escolar” *E* “prática alfabetizadoras”; “práticas alfabetizadoras” *E* “formação docente”.

Na primeira busca foram encontrados: 46 resultados para o descritor “práticas alfabetizadoras”; 434 resultados para “história cultural da escola”; 7.781 resultados para “formação docente”; 9.399 para “formação de professores”. Na segunda busca, os resultados obtidos foram: “história da alfabetização” *E* “formação docente”, 13 resultados; “cultura escolar” *E* “práticas alfabetizadoras”, cinco resultados; “práticas alfabetizadoras” *E* “formação docente”, 13 resultados; totalizando 31 artigos encontrados.

O primeiro critério de exclusão considerado foi descartar os artigos repetidos; somente um artigo estava repetido, resultando em 30 artigos. O segundo critério de exclusão foi descartar artigos que abordassem contextos muito específicos e distantes do nosso foco de pesquisa. Nesse momento, foram descartados nove artigos, resultando em 21. Depois da análise dos 21 artigos restantes, foi necessário um terceiro critério de exclusão: desconsiderar artigos que mencionassem os descritores de maneira superficial, logo não contribuiriam para o objetivo da pesquisa. Assim, foram descartados 12 artigos, resultando em nove. Os artigos encontrados estão descritos na Tabela 1:

Tabela 1 – Revisão e sistematização dos artigos encontrados

Autor/Ano	Periódico	Título	Objetivo	Metodologia
Mancini *et al*. (2021)	Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da Unicamp (PPEC)	Leituras de práticas: uma abertura à formação de professores que ensinam matemática	Destacar modos de ser professor pelas ações alfabetizadoras refletidas no cotidiano docente, buscando acolher o que se mostrou formativo, tendo em vista o encontro com as práticas das professoras	Abordagem qualitativa fenomenológica
Araujo, Arapiraca e Muniz (2015)	Portal de Periódicos da UFSC	Professora alfabetizadora: um ofício e muitos fazeres	Discutir o ofício da professora alfabetizadora a partir de saberes diversos vinculados à linguagem, letramento e formação docente crítica e reflexiva.	Abordagem teórica e reflexiva, com base em revisão de literatura.
Nunes e Souza (2022)	Revista Brasileira de Alfabetização (RBA)	Formação de professores alfabetizadores e a utilização de tecnologias: desafios e possibilidades a partir de uma perspectiva crítica	Refletir sobre a formação de professores alfabetizadores e as possibilidades de inserção de tecnologias nas práticas alfabetizadoras a partir de uma perspectiva crítica de educação.	Abordagem dialética e base teórico-crítica, com revisão bibliográfica.
Penteado e Gomboeff (2022)	Revista de Educação da UFSM	O processo de alfabetização e as práticas pedagógicas	Apresentar e analisar as práticas pedagógicas de duas docentes acerca do processo de alfabetização de crianças do 1.º e 2.º Ano do ensino fundamental.	Abordagem qualitativa, baseada na análise de registros escritos das professoras, usando o procedimento Núcleo de Significação (NS)
Barbosa e Hernandes (2019)	Revista Multidisciplinar em Educação (EDUCA)	Alfabetizadoras e leitura: reflexões sobre suas concepções e práticas	Compreender as concepções e práticas de leitura de três professoras do 1.º e 2.º ano do ensino fundamental, investigando se a leitura é tratada apenas como codificação e decodificação	Abordagem qualitativa com reflexão e análise das práticas pedagógicas de leitura em contexto escolar, fundamentada em referenciais teóricos e dados educacionais.
Mota, Almeida e Ambrosetti (2022)	Educação em Foco	Desafios no processo de inserção profissional de professoras alfabetizadoras iniciantes	Investigar os desafios enfrentados por professoras alfabetizadoras iniciantes no início da carreira, focando no ingresso na docência e nas necessidades formativas.	Abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de grupo de discussão com sete professoras alfabetizadoras iniciantes.

Oliveira e Pessoa (2022)	Devir Educação	A docência alfabetizadora leiga no Brasil	Apresentar uma visão panorâmica e teórica sobre a docência leiga alfabetizadora no Brasil, considerando contextos históricos, políticos e práticos.	Abordagem qualitativa bibliográfica, com análise e discussão teórica sobre a docência leiga na educação brasileira.
Bruns e Rausch (2023)	Revista Roteiro	Lições de professoras alfabetizadoras experientes às professoras alfabetizadoras iniciantes Autores	Identificar as lições que professoras alfabetizadoras experientes desejam deixar às iniciantes para contribuir com o desenvolvimento profissional docente.	Abordagem qualitativa biográfica (história de vida) com análise textual discursiva de seis professoras experientes da rede municipal.
Persicheto (2022)	Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochapecó (Revista Pedagógica)	Concepções de uma professora alfabetizadora bem-sucedida sobre a alfabetização: contribuições para a prática docente	Estudar a história de vida e a prática pedagógica de uma professora alfabetizadora bem-sucedida para compreender os saberes necessários e características do perfil docente.	Abordagem qualitativa biográfica com entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Fonte: elaborado por autoras (2025), com base nos dados constantes do Portal de Periódicos da Capes.

Conforme ilustra a Tabela 1, foram encontrados artigos dos anos de 2015, 2019, 2021, 2022 e 2023, o que evidencia lacunas temporais em relação à produção de materiais dentro dessa temática. Desses artigos, sete tem enfoque nas práticas do professor(a) alfabetizador(a) (Mancini *et al.,* 2021; Araujo, Arapiraca & Muniz, 2015; Nunes & Souza, 2022; Penteado & Gomboeff, 2022; Barbosa & Hernandes, 2019; Persicheto, 2022; Bruns & Rausch, 2023).

Em dois artigos foram trazidas diferentes concepções a respeito da formação de professores, um deles apontou a reflexão sobre a formação e a possibilidade de inserção da tecnologia na prática (Nunes & Souza, 2022), outro sobre o início da carreira do professor e da necessidade de formação continuada (Mota, Almeida & Ambrosetti, 2022). Somente um artigo contemplou transformações históricas e políticas como objeto de estudo (Oliveira & Pessoa, 2022). Apesar de conseguirmos diferenciar as temáticas, é importante ressaltar que os artigos apresentam conexões entre si e o ato de dialogar sobre as práticas, implica refletir sobre a formação, sendo que o contrário também se aplica.

De maneira explícita, o artigo de Nunes e Souza (2022) contemplou aspectos da formação de professores e também das práticas alfabetizadoras. Para essas autoras, as práticas alfabetizadoras se iniciam a partir de fatores socioculturais, características individuais e experiências sociais iniciais que as crianças e jovens vivenciam. Para tal, é importante frisar a importância do professor em sala de aula. De acordo com Araujo, Arapiraca e Muniz (2015), os professores exercitam suas práticas a partir de

saberes, afetos e experiências relacionadas com a cultura escrita. Embora cada professor tenha uma trajetória de vida singular, com vivências diversas e incomparáveis, Bruns e Rausch (2023) destacam que, na docência, é fundamental reconhecer o ritmo de desenvolvimento de cada criança, pois, assim como as professoras são únicas, cada criança também possui sua individualidade.

Diante dos desafios educacionais contemporâneos, Penteado e Gomboeff (2022) ressaltam que os processos formativos devem permitir aos professores a reconstrução contínua de suas práticas, possibilitando-lhes a criação de materiais pedagógicos próprios, a partir das demandas e dos desafios vivenciados no cotidiano escolar. Nesse sentido, salienta-se que, mesmo quando um professor é considerado "bem-sucedido" em suas práticas, as adversidades no contexto escolar permanecem (Persicheto, 2022), o que reforça a importância de uma formação que favoreça a reflexão constante e a autonomia docente.

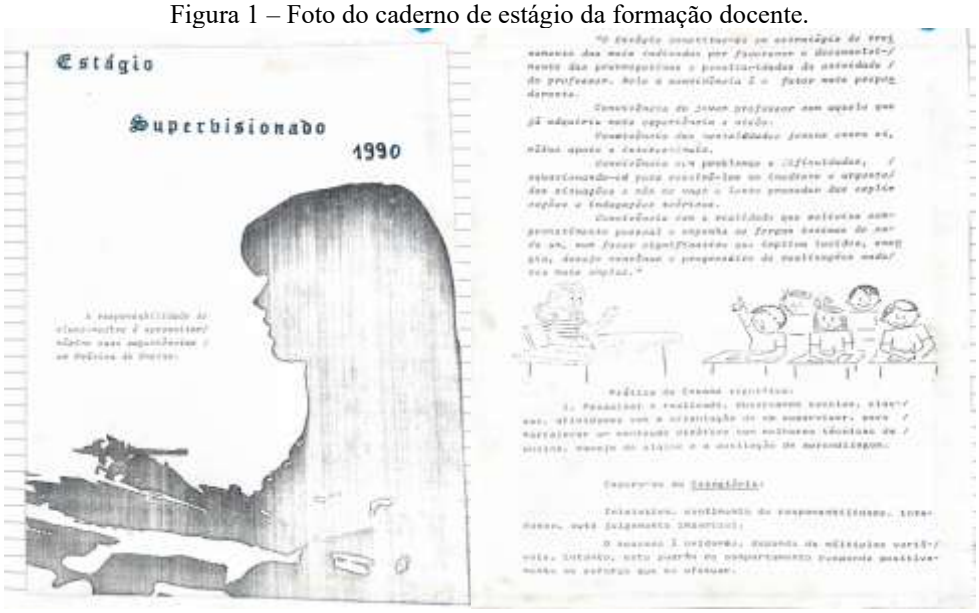
Segundo Barbosa e Hernandes (2019, p. 131), "os professores têm ficado restritos à racionalidade tecnocrática, que os impossibilita de refletir sobre suas práticas e de assumir uma postura autônoma", o que implica diretamente a atuação de alguns profissionais que é marcada pela repetição de métodos e pela inabilidade de refletir criticamente. Para Mancini *et al*. (2021), a formação é um movimento que se dá continuamente, em que a ação e a forma se entrelaçam de maneira simultânea.

Professores iniciantes frequentemente enfrentam exigências para as quais ainda não estão plenamente preparados. Como alternativa para lidar com essas demandas, Mota, Almeida e Ambrosetti (2022) defendem que as formações destinadas a esses profissionais devem priorizar, especialmente, aspectos relacionados ao processo de aquisição da leitura e da escrita.

Até 1990, as práticas pedagógicas voltadas à alfabetização ainda se baseavam em atividades de repetição e memorização, realizadas de forma mecânica (Oliveira & Pessoa, 2022). Com as transformações históricas, passou-se a reconhecer a importância de professores alfabetizadores com uma formação mínima necessária, o que contribuiu para o avanço do processo educacional e para a inserção dos estudantes em uma cultura letrada.

Na revisão documental, os materiais analisados foram os diários de classe dos anos de 1990 e 1999, produzidos por Kelly Cordeiro durante o curso de Magistério no Colégio São José — uma instituição católica administrada por um grupo de irmãs. Na época, a estudante acompanhava as aulas como parte de suas observações de estágio. Esses estágios supervisionados ocorreram em escolas da rede básica de ensino, abrangendo turmas de primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, tanto em instituições públicas quanto privadas. Como parte do material analisado, destaca-se um texto trabalhado em sala de aula sobre a importância do estágio e as expectativas em relação ao papel do estagiário (Figura 1):

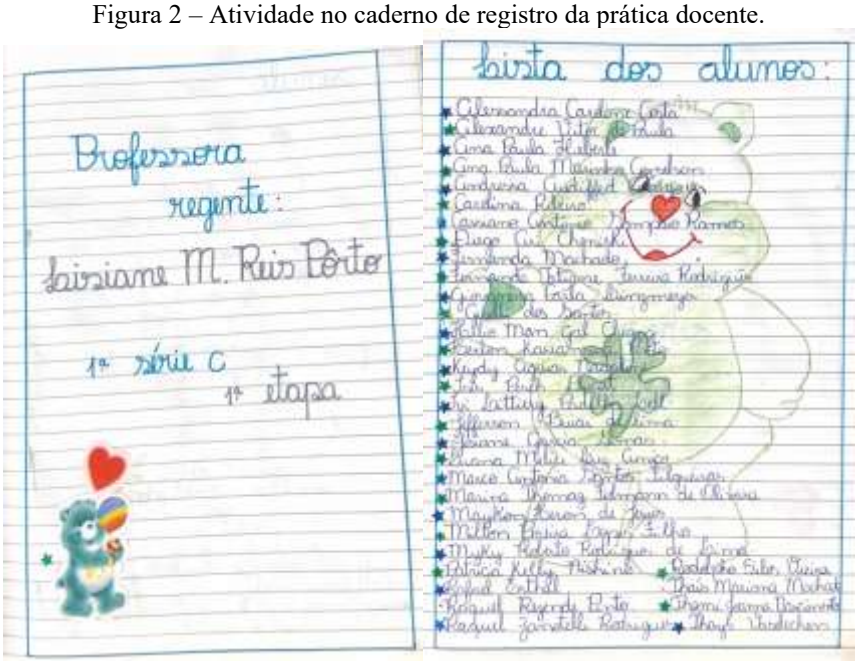
Figura 1 – Foto do caderno de estágio da formação docente.



Fonte: arquivo pessoal da autora. Fotografia do caderno de estágio no Colégio São José, 1990.

Os relatórios e as atividades eram detalhadas, inserindo lista de alunos, data, disciplina realizada e conclusão. Conforme é possível visualizar nas Figuras 2, 3 e 4, apresentadas a seguir:

Figura 2 – Atividade no caderno de registro da prática docente.



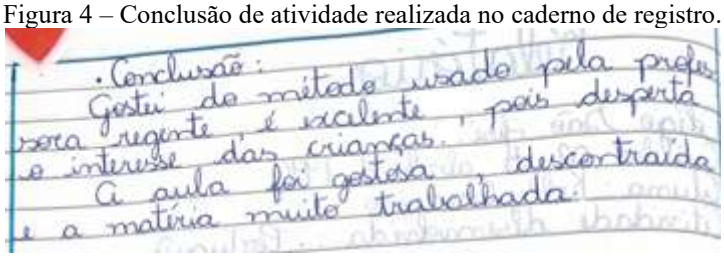
Fonte: fotografia do caderno de registro da prática e da organização da formação do magistério. Colégio São José, 1990.

Figura 3 – Relatório de atividade no caderno de registro.



Fonte: fotografia do caderno de registro. Colégio São José, 1990.

Figura 4 – Conclusão de atividade realizada no caderno de registro.



Fonte: fotografia de atividade do caderno de registro. Colégio São José, 1990.

Eram realizadas atividades de alfabetização, as quais eram registradas no caderno de estágio, como ilustra a Figura 5:

Figura 5 – Atividade de alfabetização no caderno de registro da prática docente.



Fonte: fotografia do caderno da formação do magistério. Colégio São José, 1990.

O material trabalhado pela professora evidencia a alfabetização do ano de 1990, um período de desafios e avanços na alfabetização no Brasil, com a necessidade de combater o analfabetismo e melhorar a qualidade do ensino. No Brasil, a pedagogia tradicional ainda era bastante influente, mas começavam a ganhar força as abordagens construtivistas e a pedagogia histórico-crítica.

O material utilizado pela professora alfabetizadora não contempla um texto que dialogue com o contexto social e a leitura de mundo dos estudantes. Segundo Freire (1981), "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", evidenciando que a conexão com a realidade vivida é fundamental para a construção de qualquer conhecimento.

A revisão bibliográfica e as fontes históricas da década de 1990 evidenciam a importância de compreender a alfabetização como um processo histórico, político e pedagógico em constante transformação. O resgate do material produzido durante o curso de magistério no Colégio São José, em 1990, revela práticas ainda pautadas por métodos tradicionais, com forte ênfase em atividades de repetição, memorização e mecanização do ensino. Essas características, vinculadas a uma pedagogia tecnicista, evidenciam uma abordagem que desconsiderava o contexto sociocultural do estudante e sua realidade concreta, reforçando um ensino alheio à construção crítica do conhecimento.

No entanto, esse cenário começou a se modificar ao longo da década de 1990, com a implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e a valorização da formação docente. A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, e a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, três anos depois, demonstram uma preocupação crescente com a universalização do acesso à Educação Básica. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) marcou um novo momento na história educacional brasileira, ao estabelecer diretrizes para a formação inicial e continuada de professores e ao reconhecer a diversidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A literatura contemporânea revisitada nesta pesquisa complementa e aprofunda a compreensão desse processo de transformação. Autores como Barbosa e Hernandes (2019) e Penteado e Gomboeff (2022) apontam a necessidade de superar uma racionalidade tecnocrática que restringe a autonomia docente, reforçando a importância de práticas pedagógicas mais reflexivas e dialógicas. Mancini *et al*. (2021) e Mota, Almeida e Ambrosetti (2022) destacam que a formação docente deve ocorrer de forma contínua e articulada com as vivências concretas da sala de aula, permitindo ao professor ressignificar suas práticas com base em experiências reais.

Nossa análise se completa ao articular a fonte documental da aluna do magistério com o planejamento de aula, depois de formada, para uma turma de pré-escola, no ano de 1999, quando a aluna, anteriormente estagiária, estava formada no magistério e cursava pedagogia na Pontifícia Universidade Católica (PUC), atuando no Sesi-Boqueirão.

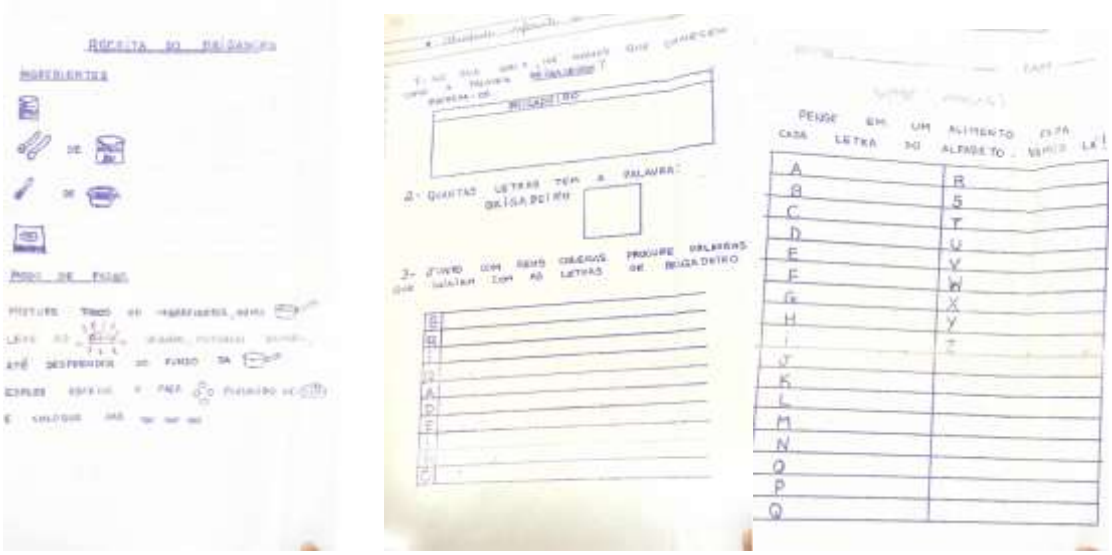
O período entre 1990 e 1999 foi marcado por importantes questões históricas e políticas que interferem diretamente na educação, com iniciativas voltadas à avaliação e à reformulação da educação no Brasil. Em 1990, foi criado o Saeb, com o objetivo de identificar os fatores que incidem no processo de aprendizagem, visando à melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 1991, teve início, em fase experimental, o programa *Salto para o Futuro*, inicialmente intitulado *Jornal da Educação, Edição do Professor*. Em 1993, foi instituída uma comissão especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos, a partir da Portaria n.º 489, de 18 de março daquele ano. Essa iniciativa situava-se no contexto da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia.

No site do MEC consta que outro marco relevante dessa década foi a promulgação da LDB, por meio da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa legislação passou a regulamentar todo o sistema educacional brasileiro, da Educação Infantil à Superior, além de dispor sobre a Educação Escolar Indígena. A nova LDB substituiu a Lei n.º 5.692, de 1971, e os dispositivos remanescentes da Lei n.º 4.024, de 1961.

Analisando o material como fonte histórica, as aulas eram preparadas por semana, e os textos trabalhados para alfabetizar possuíam um contexto, trabalhando logotipos, placas, receitas, portanto, com uma função social mais clara da escrita. Ainda, alguns materiais eram mimeografados e outros xerocados. A atividade traz uma receita de brigadeiro, explorando letras e realizando a análise linguística e a confecção de um caderno de receitas da turma, relacionando-as com adivinhas. O exemplo está ilustrado na Figura 6:

Figura 6 – Planejamento de atividade da professora alfabetizadora.



Fonte: arquivo pessoal da autora. Fotografia do planejamento da atividade, 1993.

Nessa época, como evidencia o material, o Brasil vivia o método construtivista de alfabetização. Esse método foi fortemente influenciado pelas ideias da Psicogênese da Língua Escrita, desenvolvidas pela psicóloga argentina Emilia Ferreiro, em parceria com Ana Teberosky, com base na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget.

As fundamentações desse método consideram que a criança constrói o conhecimento a partir de hipóteses sobre a escrita, passando por estágios no processo de alfabetização, como pré-silábico, silábico e alfabético. Nesse cenário, o erro é compreendido como parte natural da aprendizagem, funcionando como um indicativo do nível de compreensão do aluno. Além disso, o trabalho pedagógico deve envolver textos reais, contextualizados e significativos para o estudante, favorecendo a construção do sentido e a aproximação entre linguagem e realidade.

Estabelecendo relação com os artigos encontrados, a produção acadêmica recente sobre formação e prática docente em alfabetização destaca a complexidade do papel do professor, evidenciando a importância de experiências reflexivas no cotidiano escolar (Mancini *et al*., 2021). Diversos estudos ressaltam a necessidade de uma formação crítica e multifacetada, que incorpore saberes ligados à linguagem, letramento e práticas pedagógicas contextualizadas (Araujo, Arapiraca & Muniz, 2015; Barbosa & Hernandes, 2019).

A inserção das tecnologias nas práticas alfabetizadoras é considerada um desafio e uma possibilidade para a formação docente, desde que acompanhada de uma perspectiva crítica (Nunes & Souza, 2022). Pesquisas qualitativas aprofundam o entendimento das práticas em sala de aula, revelando a importância de analisar os significados construídos pelas professoras e os desafios

enfrentados, sobretudo, por profissionais iniciantes (Penteado & Gomboeff, 2022; Mota, Almeida & Ambrosetti, 2022).

No plano histórico e político, a docência leiga é contextualizada, mostrando a evolução e os desafios da formação docente no Brasil (Oliveira & Pessoa, 2022). A troca de saberes entre professoras experientes e iniciantes é valorizada como um aspecto formativo importante (Bruns & Rausch, 2023), assim como o estudo do perfil e das práticas de professores bem-sucedidos (Persicheto, 2022).

Em conjunto, esses estudos reforçam a necessidade de uma formação docente contínua, crítica e contextualizada, capaz de superar práticas tradicionais e responder às demandas contemporâneas da alfabetização no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do percurso metodológico adotado nesta pesquisa, que envolveu a análise documental e a revisão bibliográfica, foi possível evidenciar que as práticas alfabetizadoras, ao longo da história cultural da escola, apresentam um movimento dinâmico de permanências e transformações. Ao revisitar os registros dos diários de classe da década de 1990, bem como os artigos científicos mais recentes sobre o tema, notou-se que as práticas de alfabetização estão diretamente relacionadas às concepções pedagógicas vigentes em cada época, refletindo contextos históricos, políticos e sociais.

Do ponto de vista teórico, a história cultural contribuiu para ampliar a compreensão de que as práticas escolares não são neutras, mas historicamente construídas e culturalmente contextualizadas. A escola, enquanto espaço de formação e socialização, transmite saberes, valores e modos de ser que transcendem os conteúdos curriculares, reforçando a importância de considerar a cultura escolar como um campo de análise indispensável para compreender as práticas alfabetizadoras.

A revisão bibliográfica revelou que, embora existam produções acadêmicas relevantes sobre a alfabetização e a formação de professores, ainda há lacunas temporais e temáticas no que diz respeito a estudos que articulem de forma mais explícita as transformações históricas, políticas e culturais das práticas de alfabetização com os processos formativos docentes. Essa constatação reforça a necessidade de investigações futuras que aprofundem o diálogo entre história da educação, cultura escolar e formação de professores alfabetizadores.

Assim, a pesquisa permite não apenas identificar os avanços ocorridos nas práticas alfabetizadoras nas últimas décadas, mas também reconhecer as lacunas ainda existentes na formação e atuação dos professores. Embora os estudos contemporâneos evidenciem mudanças importantes, é notóri a distância entre a teoria e a prática, o que ainda constitui um desafio no

cotidiano escolar. Por isso, torna-se imprescindível fortalecer a formação docente como um processo contínuo e reflexivo, capaz de promover a autonomia profissional, a sensibilidade pedagógica e o compromisso com uma educação transformadora e socialmente referenciada.

Portanto, ao compreender a alfabetização em sua historicidade e em sua dimensão cultural e complexa, reafirma-se a importância de uma formação docente que valorize a pesquisa, o diálogo com a realidade escolar e a constante atualização frente às demandas de uma sociedade em evolução. Para isso, a formação docente precisa ser um processo contínuo, crítico e fundamentado em bases teóricas sólidas, capaz de preparar o educador para lidar com as múltiplas dimensões que envolvem o ensino da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS

Araujo, L. C. de, Arapiraca, M. de A., & Muniz, D. M. S. (2015). Professora alfabetizadora: um ofício e muitos fazeres. *Perspectiva*, 33(1), p. 179–199. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v33n1p179.

Barbosa, L. F. E., Hernandes, E. D. K. (2019). Alfabetizadoras e leitura: reflexões sobre suas concepções e práticas. *Educa – Revista Multidisciplinar em Educação*, 6(15), p. 114–133. DOI: https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.4038.

Brasil. Ministério da Educação. *Conheça a evolução da educação brasileira*. https://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira/.

Bruns, J. P., & Rausch, R. B. (2023). Lições de professoras alfabetizadoras experientes às professoras alfabetizadoras iniciantes. *Roteiro*, v. 48, p. e32649. DOI: https://doi.org/10.18593/r.v48.32469.

Burke, P. (2005). *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

Cagliari, L. C. (2009). *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione.

Cardoso, M. E. (2011). Por uma história cultural da educação: possibilidades de abordagens. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, 10(2).

Falcon, F. J. C. (2006). História cultural e história da educação. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32), p. 328–339. http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a11v11n32.pdf.

Ferreiro, E., & Teberosky, A. (1999). *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

Freire, P. (1981). *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez.

Gonçalves, C. R. F., Nogueira, G. M., & Silveira, J. de O. A. (2024). Pós ensino remoto emergencial: reflexões de uma alfabetizadora sobre cultura da infância, cultura escolar e alfabetização. *Debates em Educação*, 16(38), p. e17950. DOI: https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17950.

Gontijo, C. M. M., Costa, D. M. V., & Oliveira, L. D. de (2019). Conceito de alfabetização e formação de docentes. In: C. M. M. Gontijo *et al*. (Orgs.), *Experiências de formação de professores alfabetizadores* (pp. 15–45). Pedro e João Editores. https://nepales.ufes.br/sites/nepales.ufes.br/files/field/anexo/artigo_-_conceito_de_alfabetizacao_e_formacao_docente.pdf.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. (2025). https://www.gov.br/inep.

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, (1), p. 9–43. https://repositorio.unifesp.br/items/e9023977-ec31-43ec-802a-7ba9759d8ea2.

Mancini, L. C. M., Mocrosky, L. F., Orlowski, N., & Kalinke, M. A. (2021). Leituras de práticas: uma abertura à forma-ação de professores que ensinam matemática. *Zetetike*, 29(00), p. e021018. DOI: https://doi.org/10.20396/zet.v29i00.8661790.

Mortatti, M. do R. L. (2000). Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. *Cadernos CEDES*, 20(52), p. 41–54. https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Bt7RrtZ4TktqvRz9ZdbnMnj/?lang=pt.
Mota, J. R. da, Almeida, P. C. A. de, & Ambrosetti, N. B. (2022). Desafios no processo de inserção profissional de professoras alfabetizadoras iniciantes. *Educação em Foco*, 27(1), p. 27031. DOI: https://doi.org/10.34019/2447-5246.2022.v27.36166.

Nunes, K. de C. S., & Souza, R. A. de D. (2022). Formação de professores alfabetizadores e a utilização de tecnologias: desafios e possibilidades a partir de uma perspectiva crítica. *Revista Brasileira de Alfabetização*, (17). DOI: https://doi.org/10.47249/rba2022556.

Oliveira, F. C. de, & Pessoa, L. (2022). A docência alfabetizadora leiga no Brasil : do contexto histórico-legal aos aspectos conceituais, políticos e práticos. *Devir Educação*, 6(1), p. e-550. DOI: https://doi.org/10.30905/rde.v6i1.550.

Penteado, M. E. L., & Gomboeff, A. L. M. (2022). O processo de alfabetização e as práticas pedagógicas. *Educação*, 47(1), p. e98/1–32. DOI: https://doi.org/10.5902/1984644462959.

Perlin, G., & Strobel, K. (2014). História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, (spe-2), p. 17–31. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.37011.

Persicheto, A. J. O. (2022). Concepções de uma professora alfabetizadora bem-sucedida sobre a alfabetização: contribuições para a prática docente. *Revista Pedagógica*, 24(1), p. 1–18. DOI: https://doi.org/10.22196/rp.v24i1.7027.

Santos, S. M. dos, & Rocha, J. G. (Orgs.). (2018). *História da alfabetização e suas fontes*. Uberlândia: EDUFU. DOI: https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-475-9.

Silva, W. R. (2019). Polêmica da alfabetização no Brasil de Paulo Freire. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 58(1), p. 219-240. DOI: https://doi.org/10.1590/01031813865459848006l.

Soares, M. (2005). *Alfabetização*: um tema em três gêneros. Ática.